

Artigos

O SURGIMENTO DO MOVIMENTO LGBT NO OESTE DE SANTA CATARINA: DESAFIOS E LUTAS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

The development of the LGBT movement in the west of Santa Catarina: challenges and struggles in the construction of citizenship

Luiz Fernando Greiner Barp¹

Daian Cattani²

Myriam Aldana Vargas³

Lucas Guerra da Silva⁴

RESUMO

A partir de uma perspectiva histórica crítica, este trabalho se propõe a discutir o aparecimento do movimento LGBT na cidade de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, e relacioná-lo com os desafios na construção da cidadania. Inspirados pelas reflexões de Giorgio Agamben sobre o conceito de movimento, entendendo-o como o que permite o surgimento do sujeito político constitutivo, construímos uma narrativa que descreve os fatores que propiciaram que uma população historicamente silenciada se organizasse em coletivo e saísse às ruas em busca de direitos. Nesse

1 Possui Graduação em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo (UFSM) e em Sociologia (UNIP), Mestrado em Estudos Linguísticos (UFFS) e, atualmente, Doutorando pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Editor Assistente da Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). E-mail: barp.lf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5256-8712>.

2 Possui Graduação em Psicologia (Unochapecó) e Mestrado em Psicologia (UFSC). E-mail: daiancattani@gmail.com.

3 Possui Graduação em Sociologia, Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (1994) e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). E-mail: aldana@unochapeco.edu.br.

4 Possui graduação em Psicologia, especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó), e cursa Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT). E-mail: lucasguerra.psicologo@gmail.com.

sentido, percorremos os últimos 30 anos de articulação, que resultaram na consolidação das Paradas de Luta LGBT e de um ativismo organizado, relacionando-o também com o ativismo nacional. Diante disso, refletimos como, a partir de manifestações públicas, as minorias sexuais estão produzindo rupturas na ordem do cotidiano, tensionando narrativas hegemônicas e de poder.

Palavras-chave: Movimento LGBT. Cidadania. Chapecó.

ABSTRACT

From a critical historical perspective, this paper aims to discuss the emergence of the LGBT movement in the city of Chapecó, in the west of Santa Catarina, and to relate it to the challenges in the construction of citizenship. Inspired by Giorgio Agamben's reflections on the concept of movement, understanding it as allowing the emergence of the constitutive political subject, we constructed a narrative that describes the factors that enabled a historically silenced population to organize themselves and to go out in search of the streets. of rights. In this sense, we have gone through the last 30 years of articulation, which resulted in the consolidation of the LGBT Parades of Fight and an organized activism, also relating it to national activism. Given this, we reflect how, from public manifestations, sexual minorities are producing ruptures in the daily order, tensioning hegemonic and power narratives.

Keywords: LGBT movement. Citizenship. Chapecó.

Obstáculos iniciais: conservadorismo religioso local

O movimento homossexual brasileiro⁵ teve seu surgimento registrado no final dos anos 70, mantendo como projeto central a politização

5 A denominação Movimento Homossexual Brasileiro se manteve até 1993. Após esse período, passou por variações que incluem as siglas MGL (Movimento de Gays e Lésbicas); GLT (Gays, Lésbicas e Travestis); GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT). Em 2008, em conferência nacional, aprovou-se a mais recente atualização da sigla utilizada no Brasil, chamada de LGBT (Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Embora já existam outras variações da sigla em movimentos internacionais, este trabalho adotará a definição LGBT tanto pela padronização nacional quanto pelo fato de ser a mesma denominação utilizada pelo movimento que constitui o recorte de análise. Para mais informações sobre o processo de alteração da sigla, sugerimos a leitura de Facchini (2002).

da homossexualidade, em oposição às alternativas presentes no “gueto”⁶ e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Um dos grandes marcos desse início foi o surgimento do *Grupo Somos*, coletivo que nasce igualmente num contexto marcado pela contracultura, ditadura militar, polarização entre a “esquerda” e a “autonomia das lutas das minorias” (FACCHINI, 2009). Quase 50 anos depois, pode-se dizer que a mobilização das minorias sexuais⁷ se desdobrou em diferentes entidades ativistas no país que, apesar de heterogêneas, mantêm em comum a busca pela igualdade de direitos, em tese garantida pela Constituição Federal de 1988, e coincidem com o que Santos (1997) chama de Novos Movimentos Sociais (NMS)⁸.

Embora há quase meio século existam mobilizações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no país, até 2013 a região Oeste de Santa Catarina não tinha conhecimento da existência de um movimento organizado. Situação curiosa, uma vez que esse território se destaca por se constituir como celeiro de movimentos sociais, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros, que personificam a participação popular organizada.⁹

A ausência de pesquisas sobre a organização de um movimento LGBT até este momento dificulta uma explicação sólida para o adiamento da mobilização das minorias sexuais nesta região. Nossa experiência enquanto sujeitos que vivenciaram este espaço,¹⁰ contudo, sinaliza para o fato de que, talvez, a luta pela terra, a defesa do direito das mulheres, as indenizações dos atingidos por barragens, entre outros, constituíram-se objetivos aceitáveis

6 A expressão “gueto”, como destaca MacRae (2018), refere-se ao ambiente semiclandestino e marginalizado em que se davam as vivências da população homossexual da época.

7 Por “minorias sexuais” nos referimos ao grupo social cuja orientação sexual, identidade de gênero ou práticas sexuais consentidas diferem do padrão heterossexual-cisgênero-monoagâmico.

8 A discussão sobre os NMSs será melhor aprofundada na seção “Capitalismo, movimentos LGBT e a construção da cidadania: provocações finais”, onde nos debruçamos em suas especificidades, críticas e desafios. Por hora, cabe caracterizá-los como referente aos movimentos sociais surgidos a partir dos anos 70 e que extrapolam as tradicionais lutas contra o sistema de produção capitalista, dando ênfase a reivindicações específicas (1997).

9 Para maior conhecimento ver obras: Carbonera, Onghero, Renk, Salini (2017); Renk, (2000).

10 Os autores deste artigo tanto são/foram moradores de Chapecó (SC), quanto participam/participaram ativamente nos processos de construção do movimento LGBT organizado nesta cidade. Nesse sentido, além de suas próprias biografias, têm acesso a documentos e depoimentos que permitem construir as narrativas que compõem este trabalho.

dentro dos conceitos da teologia da libertação, linha pastoral hegemônica na região Oeste de Santa Catarina.

Compreendemos que a cultura Católica e o conservadorismo religioso, de maneira geral, se instalam não só no interior de uma igreja, que apoia movimentos sociais, mas se incorporam nas famílias, nas instituições educativas, econômicas, políticas e sociais; e dentro dos próprios movimentos. Um exemplo que evidencia como opera essa cultura ocorreu durante uma audiência pública, em 2015, na Câmara de Vereadores de Chapecó (SC), com o propósito de discutir o Plano Municipal de Educação. No momento em que se debatia a importância da inclusão da categoria de gênero nos conteúdos das disciplinas escolares, um vereador evangélico se volta às/aos¹¹ militantes LGBT, que estavam presentes na audiência e afirma que: “a minoria não me importa, vou votar contra e vou fazer campanha contra [a inclusão da perspectiva de gênero], podem me chamar de homofóbico, eu não sou homofóbico, mas sempre defenderei o direito da família” (VARGAS, CAVAGNOLI, CATTANI, 2016, p. 239-240).

A fala do vereador dá uma noção de como é difícil colocar em discussão temas como a LGBTfobia¹² no âmbito Legislativo do Oeste catarinense. O vereador, em seu discurso com tom de ameaça, que nega a homofobia explícita, é aplaudido e comemorado por um grande grupo de pessoas ligadas a igrejas que estavam presentes. Nesta mesma audiência ainda discursaram um bispo da igreja católica e um pastor evangélico, que criticaram a homossexualidade, colocando-a no campo da perversão e do pecado, representando um perigo a ordem social. Ambos destacaram que só era concebível um tipo de família, aquela composta por homem e mulher cisgêneros¹³, com o objetivo da procriação.

11 Nos casos em que não seja possível a utilização de expressões genéricas, optamos neste trabalho pela utilização de elementos da linguagem inclusiva de gênero. Esta medida visa questionar o uso sexista na escrita acadêmica, uma vez que, embora tradicional, reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os gêneros masculino e feminino.

12 LGBTfobia pode ser definida como a intolerância praticada contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em virtude de suas orientações sexuais ou identidades de gênero. Sobre este conceito, sugerimos a leitura de Ramos e Nicoli (2016). Acrescentamos que embora ainda não seja criminalizada pelo Código Penal Brasileiro, esse tipo de intolerância é hoje passível de punição, uma vez ter sido equiparado ao crime de racismo (Lei nº 7.716) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em junho de 2019.

13 O conceito de cisgênero é caracterizado como quem se identifica, ao longo da vida, com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. A este respeito, indicamos o trabalho de Vergueiro (2015). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

Neste contexto, uma vez que a defesa dos direitos da população LGBT estaria relacionada à sexualidade, afrontando valores culturais da ordem estabelecida e que se constituem em pilares fundantes da religião cristã, o surgimento de um movimento social organizado encontra elementos que dificultam sua consolidação e, conseqüentemente, sua historicidade. Contudo, por defendermos uma democracia pluralista, nos termos de Mouffe (2013), em que visões distintas, mesmo que conflitantes, podem e devem se expressar, propomos neste trabalho discutir a construção histórica do Movimento LGBT de Chapecó, principal cidade do Oeste de Santa Catarina, com vistas a identificar no espaço público as manifestações dos sujeitos que integram tal sigla.

Inspirados por Mouffe (2003), mantemos o entendimento de que o aparecimento da multidão que vive alguma condição precária é importante por si só, ainda que esteja sempre embasado em pautas que, inclusive, mobilizam quem demanda a mesma pauta e quem esteja sensível a reconhecê-la como legítima de ser posta no lugar público. Mais do que isso, a partir de um pensamento gramsciano esboçado por Semeraro (2006), acreditamos que os movimentos que despertam de iniciativas populares favorecem a expansão da sociedade civil e permitem revolucionar a concepção de Estado. Para tanto, os sentidos construídos coletivamente por entidades, estratégias de sensibilização, execução de Paradas de Luta e outras atividades realizadas no espaço público de Chapecó serão destaque deste estudo, na seleção desta narrativa e, conseqüentemente, na sua relação com a cidadania.

A partir de uma perspectiva histórica e crítica, nas duas próximas seções trataremos de narrar a formação de um movimento LGBT organizado na cidade de Chapecó, destacando os acontecimentos que culminaram na recente consolidação de um ativismo organizado, e relacionando esses fatos ao histórico do mesmo movimento no âmbito nacional. Em seguida, situamos esse processo em um contexto de desenvolvimento econômico e social do capitalismo, cujo recente regime de acumulação flexível, como lembra Harvey (1994), tanto possibilita o surgimento de novos movimentos sociais democráticos, quanto instaura desafios que incidem sobre suas existências.

Primeiros passos na construção do movimento LGBT organizado

Ao adentrarmos neste espaço de sujeitos em busca de legitimidade, cabe de antemão conceituar o que compreendemos pela expressão “movimento”, uma vez se tratar dele, do movimento LGBT de Chapecó, que nos debruçamos nas próximas páginas. Recorremos para isso a fala do italiano Giorgio Agamben, traduzida para o português e publicada por Assmann (2006). Por compreender que o uso acrítico de certos conceitos pode ser responsável por muitas derrotas, o filósofo buscou resgatar as origens do conceito de “movimento” para, então, lançar algumas provocações. Reconheceu que embora em uso nas ciências e na filosofia há séculos, a expressão “movimento” só adquiriu significado técnico relevante no século 19, durante a Revolução de julho de 1830, na França. Desde então, o termo vem sendo empregado em diferentes momentos e situações, ultrapassando o âmbito exclusivamente político.

É no ensaio do jurista nazista Carl Schmitt, intitulado “Staat, Bewegung, Volk” (Estado, Movimento, Povo), que Agamben encontra as primeiras definições do conceito. Ao definir a estrutura constitucional do Reich nazista, o jurista defende que ela se funda em três elementos: Estado, movimento e povo. O Estado seria a parte política estática, enquanto o povo seria o elemento impolítico, não político, que cresce à sombra e sob a proteção do movimento. O movimento, então, seria considerado o verdadeiro elemento político, um elemento político dinâmico, “[...] que encontra a sua forma específica na relação com o Partido Nacional-Socialista” (ASSMANN, 2006).

Como consequência dessa tripartição entre Estado, povo e movimento, Agamben afirma que o movimento se torna o conceito político decisivo quando o conceito democrático de povo está ultrapassando. Nesse sentido, a utilização do termo movimento é o que permite o conceito democrático de povo como sujeito político constitutivo. Sendo o povo um elemento impolítico, torna-se função do movimento protegê-lo e sustentá-lo. Quando atualiza a definição de Schmitt, o italiano afirma que o povo deixa de ser político constitutivo quando se transforma em população, isto é, nos termos de Foucault (2010), uma entidade demográfico-biológica, e, como tal, impolítica. Cabe ao movimento, portanto, sustentar, proteger e fazê-la crescer.

Guiados pela definição do filósofo italiano, e com olhos no movimento que pretendemos historicizar, pensamos no surgimento do movimento LGBT como representante de um segmento populacional tratado como impolítico; isto é, sem direitos básicos propiciados pelo Estado brasileiro. Diante disso, o movimento LGBT surge para dar visibilidade a uma população silenciada. É ele, portanto, que protege e garante a manutenção social das minorias sexuais.

Este princípio esteve presente desde os primeiros anos do movimento LGBT brasileiro, até então conhecido como movimento homossexual. Exemplos de ações que caminham nestes trilhos temos já nas primeiras conferências nacionais organizadas, em 1979 e 1984, quando o pedido pela inclusão do respeito à “opção sexual”¹⁴, bem como a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais e a defesa de um igualitarismo comunitarista figuravam entre as primeiras pautas reivindicatórias (FACCHINI, 2002).

Diferentemente do panorama nacional, no caso de Chapecó, este movimento de defesa e manutenção social das minorias sexuais começa a se constituir indiretamente há cerca de três décadas, a partir de construções coletivas que iniciam em 1989, quando o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA) foi fundado na cidade. Sua criação ocorre um ano depois da nova Constituição que guiaria o Brasil para um Estado, em tese, diferente daquele que havia sido experimentado nos últimos 21 anos de ditadura militar (BRASIL, 1988); e também um ano antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da promulgação da lei 8.080 (BRASIL, 1990) – ainda que as diretrizes para a saúde pública estivessem gestadas na Constituição.

No período conhecido como “redemocratização”, em que movimentos sociais passaram a atuar fortemente na construção de debates emancipatórios e democráticos, e aliado aos debates da saúde pública, o GAPA proporcionou discussões acerca da sexualidade, prevenção e apoio a pessoas infectadas pelo vírus HIV. Em consequência, uma vez que a

14 Edward MacRae (1985) fala em uma certa ambiguidade no movimento homossexual nos primeiros anos, que se expressava na definição da homossexualidade ora como opção, ora como essência. Durante o processo de elaboração e da defesa da inclusão da não-discriminação da homossexualidade na Constituição Federal, as/os militantes, consultando acadêmicos e profissionais de várias áreas, chegaram a um consenso pela utilização da expressão orientação sexual, uma vez que permitia, ao mesmo tempo, afirmar uma certa concretude para a experiência da homossexualidade, sem necessariamente entrar em questão sobre suas causas mais profundas, ou seu caráter essencial.

epidemia da aids¹⁵ foi identificada estereotipadamente como “peste gay” (PERLONGHER, 1987), pode-se dizer que se aliou em Chapecó, mesmo que indiretamente, a preocupação com o grupo minoritário identificado inicialmente apenas como movimento homossexual.

Esse fato se coaduna com o que Facchini (2002) chamou de segundo momento do movimento homossexual¹⁶ no Brasil, quando as preocupações acerca das identidades compreendidas pela sigla LGBT deixam à cena para dar ênfase nas discussões sobre a epidemia da aids. Neste contexto, o GAPA foi em Chapecó o primeiro espaço construído no qual se revela uma narrativa de preocupação com as particularidades da saúde da comunidade LGBT. Além disso, por mais de uma década também foi a única estrutura de respaldo a debates com esta comunidade. Em sua atuação, diversas intervenções aconteciam no espaço público: o projeto Ponto-a-ponto, por exemplo, encontrava profissionais do sexo – e entre estas, travestis e transexuais – e trabalhava redução de danos com o fornecimento de preservativos e instruções de sobrevivência para aqueles sujeitos que se colocavam no lugar público para a prostituição (SILVA, 2017).

Mais de uma década depois, no ano de 2000, foi fundado o Grupo Fogueira de Estudos e Pesquisas de Gênero na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), em caráter interinstitucional, em aliança com a Universidade do Contestado (UnC), do município vizinho de Concórdia. Também na lógica da disputa pelos espaços públicos e pela divulgação de informações científicas e manifestações políticas, o Fogueira teve uma contribuição ímpar na gestação daquilo que viria a ser futuramente um movimento LGBT organizado. O grupo instrumentalizou debates teóricos e passou a realizar pesquisas que revelavam o contexto regional da qual faz parte a comunidade LGBT. Diversos foram os eventos, pesquisas e intervenções realizadas para fortalecer o debate teórico e científico, e o Fogueira também atuou em gestões do Conselho Municipal e também

15 Seguimos neste trabalho as orientações de Castilho (1997 apud Silva 1999), que defende que nomes de doenças, por serem substantivos comuns, devam ser grifados com letras minúsculas. Com isso, adotamos uma perspectiva crítica em relação ao pânico criado em torno da aids, recusando a escrita “Aids/AIDS” utilizada pelos órgãos oficiais de saúde.

16 Facchini (2002) divide o que seria o “movimento homossexual brasileiro”, até o começo dos anos 2000, em três momentos. O primeiro (nos primeiros anos da década de 80), correspondente ao período de expansão desse coletivo, quando as iniciativas estiveram centradas no eixo Rio-São Paulo. O segundo, na segunda metade da década de 80, marcado pelo declínio, muito em virtude das preocupações necessárias com um ativismo HIV/aids. E o terceiro, a partir dos anos 90, quando ocorre um re florescimento das iniciativas militantes, com presença marcante já na mídia e organizações de eventos de rua, como as Paradas de Orgulho LGBT.

Estadual de Políticas Para as Mulheres, onde encontra suporte narrativo para outras disputas discursivas em espaço público legitimado.

Acontece que ao entrarmos na narrativa do novo milênio precisamos evidenciar outros modos de instrumentação comunicacional que mudaram as dinâmicas culturais do ocidente e do oriente, e reescreveram os paradoxos da globalização, tanto na materialidade ao seu acesso quanto no limiar público e privado. Habitando plataformas de mídias sociais, a comunidade LGBT conseguiu materializar redes de contato muito mais amplas e de grande dificuldade antes desse momento. Quando as pessoas passaram a usar a internet como forma de interação social em plataformas específicas, começaram a mudar em definitivo os meios pelos quais encontros entre esses sujeitos aconteceriam na cidade de Chapecó e na região Oeste de Santa Catarina como um todo.

Em 2005 foi fundada a boate Lips, localizada no centro de Chapecó, cuja proprietária era uma mulher transexual, que tinha a pretensão de concentrar a comunidade LGBT do município e região para o entretenimento noturno. No entanto, logo após o fechamento da casa, que permaneceu em funcionamento por apenas dois anos, foi a estratégia por plataformas de mídias sociais que produziu novos encontros entre esses sujeitos. Festas foram marcadas e divulgadas em perfis privados da produtora Planet Mix, na rede social Orkut, por meio de depoimentos e outros instrumentos da plataforma já extinta, que não eram visualizados publicamente. Ao receber a divulgação da festa, sabia-se onde ela aconteceria; mas essa não era uma informação ao grande público, de modo que a distribuição da divulgação acontecia no âmbito do privado de cada perfil e sugeria as pessoas a atuarem no recrutamento de sua rede que participaria daqueles encontros. A estratégia foi certa para aquele contexto: o contato no âmbito do privado da rede, que garantia a divulgação apenas aos pares; e a rotatividade de espaços em que as festas aconteciam esporadicamente, também como forma de manter as pessoas seguras.

O aprendizado com essas estratégias do entretenimento em Chapecó foi ímpar para o movimento político; e também se deve ao entretenimento o fato da sólida construção de redes sociais entre pessoas LGBT do Oeste de Santa Catarina, norte do Rio Grande do Sul e sul do Paraná (SILVA, 2017), de modo que não fosse o entretenimento ter feito com que aparecessem primeiramente uns aos outros, talvez muito pouco teria se desenvolvido desde então.

Em 2010 o tema da diversidade sexual aparece no espaço público: a Câmara dos Vereadores de Chapecó apreciou um projeto de lei que tramitava

em âmbito nacional e buscava a criminalização da homofobia. E, com exceção de uma vereadora e um vereador, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), os demais (todos homens cisgêneros) se manifestaram contra o projeto, justificando que homofobia não acontecia na cidade, e que não haviam dados que apontassem isso.¹⁷

Na ocasião, o grupo de estudos Fogueira, já fortemente consolidado, convocou seus pesquisadores e pesquisadoras e a comunidade LGBT para estarem no espaço e ajudarem na pressão para que o legislativo municipal se mostrasse favorável ao projeto nacional – o que foi uma medida diferente de protesto, aparecimento e ocupação de um lugar até então, porque pela primeira vez estavam esses sujeitos em um espaço público debatendo uma possibilidade de uma lei que havia sido proposta levando em conta suas especificidades (SILVA, 2018).

Em 2011 GAPA, Fogueira, PT e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) convocaram a I Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT do Oeste Catarinense,¹⁸ que foi realizada na Câmara de Vereadores de Chapecó. Foi uma conferência pequena, que contou com mais ou menos 30 pessoas, mas novamente demarcou um aparecimento em um lugar público (SILVA, 2017). Na conferência foram debatidos eixos como Saúde LGBT, direito ao lazer, direito à cidade, entre outros. Pensando especificamente em eixos de conferências, pode-se dizer que todos eles tratam, enfim, do direito ao trânsito no espaço público, realizando ações humanas baseadas em liberdades multitemáticas e estar viva/o e com a integridade garantida seja lá o local pelo qual tenha transitado exercendo tais ações.

17 A falta de estatísticas metodologicamente confiáveis e seguras sobre a violência contra a população LGBT se configura como uma problemática ainda atual. Sem a criminalização da LGBTfobia até este ano de 2019, os mapeamentos eram/são realizados, principalmente, por grupos ativistas específicos, como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), baseados nos relatos compartilhados entre os próprios ativistas e suas redes de contato. O próprio dossiê Lesbocídio, lançado em 2018, embora rico nos dados sobre os assassinatos de mulheres lésbicas no Brasil entre os anos de 2014-2017, conta com informações coletadas a partir de redes sociais, sites, jornais eletrônicos e outros meios de comunicação (PERES; SOARES; DIAS, 2018) e não fontes oficiais/institucionais. Espera-se que com a criminalização da LGBTfobia, dados possam ser obtidos a partir de registros concretos de ocorrências no âmbito da justiça brasileira.

18 Não há registros acerca desta conferência nos sítios on-line da prefeitura de Chapecó. Todas as informações a respeito do evento citadas neste trabalho foram extraídas da dissertação de mestrado de Lucas Guerra da Silva, intitulada *Empoderamento de Lideranças e Ativistas LGBT para Controle Social no SUS* (2017). Disponível em: <http://konrad.unochapeco.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/0000ec/0000ec48.pdf>
Acesso em: 30 de outubro de 2019.

As ações coletivas organizadas: da Internet para a rua

Após um período em que, com exceção de algumas ações de ocupação de espaços, as maiores mobilizações de comunidade LGBT se concentravam no ambiente virtual, em 2013 o Movimento LGBT ganha finalmente novos alicerces de maneira virtual. Foi uma estratégia em plataforma de mídia social, o Facebook, que concentrou ativistas para militância em um movimento de ações organizadas. O grupo secreto “Movimento LGBT do Oeste Catarinense”¹⁹ surge com o aprendizado do entretenimento em meio a escândalos protagonizados pelo então deputado federal pastor Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC). Na condução da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, o parlamentar tentou aprovar na época o projeto de lei 234/2011, de autoria do deputado João Campos, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), conhecido como projeto de “cura gay”.

Esse projeto, especificamente, visava retirar da Resolução nº 01/1999 do Conselho de Psicologia os artigos 3º e 4º, que orientam às/ aos profissionais da psicologia a não exercerem ações que favoreçam a patologização de práticas homoeróticas, bem como serviços que proponham tratamento e cura de homossexualidades. Além disso, que orientam ainda às/ aos psicólogas/os a não se pronunciarem publicamente de modo a reforçar preconceitos em relação às/ aos homossexuais como portadores de desordem psíquica. A proposta parlamentar desafiava a orientação ética e científica da psicologia no âmbito do público e, vale lembrar, não foi aprovada. Contudo, uma determinação judicial, em 2017, derrubou tais prerrogativas éticas do Conselho Federal de Psicologia, que recorreu da decisão tendo, somente em abril de 2019, uma decisão favorável por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu oficialmente a realização das ações que favorecessem a patologização das minorias sexuais.

Retornando às especificidades de Chapecó, em 2015 o grupo on-line que surgiu em 2013 via rede social Facebook já contava com mais de 200 membros entre lideranças e ativistas do Movimento LGBT de todo o Oeste de Santa Catarina, empenhados na divulgação de conteúdos sistematicamente.

¹⁹ O grupo foi arquivado em 23 de março de 2017, deixando de existir. Contudo, seus conteúdos ainda podem ser acessados pelo link: <https://www.facebook.com/groups/790119954381384/>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

Neste mesmo ano o coletivo, aliado com outros movimentos sociais como União Brasileira de Mulheres de Chapecó (UBM), União da Juventude Socialista (UJS), Centros Acadêmicos, partidos políticos, GAPA e Fogueira, convocaram por meio do Conselho Municipal da Mulher a II Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT do Oeste de SC, na qual participaram 56 pessoas de 10 municípios diferentes (SILVA, 2017).

As articulações com outros movimentos sociais, portanto, tornam-se fortes aliadas do que viria a ser um ativismo institucionalizado. Coadunasse, novamente, com os episódios que permitiram a formação do movimento LGBT em âmbito nacional. Como demonstra MacRae (2018), desde que os NMS passaram a surgir, no final dos anos 70, fortes articulações foram formadas entre os “ativismos específicos”, isto é, que lutavam por causas específicas. Nesse sentido, o histórico de formação do movimento LGBT no Brasil mantém uma ligação com outros movimentos, tais como o estudantil, feminista e negro (TRINDADE, 2018).

Dado o contexto de integração entre movimentos sociais, em Chapecó e na região Oeste de Santa Catarina, em 2016, membros do que já se articulava como movimento LGBT local, participaram tanto da Conferência estadual, quanto nacional de políticas para pessoas LGBT. No mesmo ano foi realizado, com apoio do Ministério da Saúde, UBM, Fogueira, GAPA, Diretório Central dos Estudantes da Unochapecó (DCE), e Centro Acadêmico de Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul, o “Curso de Formação de Lideranças e Ativistas LGBT para Controle Social no SUS” (SILVA, 2017). Neste ano também foi fundada a União Nacional LGBT de Chapecó (UNA LGBT), primeira entidade LGBT do município, com atuação nas políticas de visibilidade do movimento LGBT na região, como apresentaremos na sequência.

A entidade em âmbito nacional foi fundada no ano de 2015 na cidade de São Paulo, por iniciativa da sociedade civil organizada, composta por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais de todo o território brasileiro. Afirma, em sua Carta de Princípios, que surge como instrumento de luta e emancipação política e humana ao defender a garantia de direitos (UNA, 2015). Essa iniciativa mobilizou membros do Movimento LGBT do Oeste de Santa Catarina a fundar, em fevereiro de 2016, a UNA LGBT de Chapecó, a primeira do Estado. Ainda em 2016, no mês de junho, foi criada a UNA LGBT estadual, com sede na cidade de Florianópolis. Atualmente a entidade está instituída em 15 municípios catarinenses, incluindo a cidade vizinha Xanxerê, com a qual a entidade em Chapecó mantém diversas ações em parceria.

A UNA LGBT surge como uma entidade nacional de filiação individual. Sua proposta, conforme explicitada em sua Carta de Princípios (UNA, 2015), encontrou-se com os esforços de ativistas que buscavam institucionalizar um movimento na cidade de Chapecó. Houveram esforços anteriores, mas é somente com a chegada da proposta da UNA que se consegue reunir as condições que antes não foram possíveis. Importante destacar que no processo de criação da UNA em Chapecó haviam ativistas já ligadas/os à outros movimentos sociais como o de mulheres, estudantil e negro, o que torna oportuna as reflexões de Ilse Scherer-Warren (2006) ao considerar que os movimentos sociais não surgem isoladamente. Para a autora, eles são resultado de processos articulatórios que “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

A internet, como já citado, possibilitou conexões entre ativistas com o desejo de formalizar uma entidade de luta LGBT. Além disso, a constituição de movimentos sociais na região como MMC, MST, MAB entre outros, com suas forças de mobilização mesmo que voltadas a diferentes reivindicações, produziram efeitos no imaginário social que evidenciaram a potência desse tipo de organização política. Mesmo que não houvesse uma ligação direta entre esses movimentos e a UNA, havia essa consciência de que as ações coletivas podem ter um alcance maior para os grupos historicamente subalternizados. A criação da UNA, portanto, está situada dentro desse contexto local de mobilizações e também inspirado em experiências de outros movimentos em nível nacional e internacional. Esses elementos criaram uma rede de significados que possibilitaram a concepção de um movimento social LGBT no interior do estado.

As redes de coletivos, em suas diferentes configurações, aproximam atores diversos em níveis locais ou globais, possibilitando o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, “[...] o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural” (SCHERER-WARREN, 2006, p.115-116).

Salientamos que ao se pensar em redes de movimentos ou mobilizações, não se pode ter em mente apenas uma ideia formalizada e/ou institucionalizada dos termos. São importantes também as redes informais, como no caso da UNA Chapecó, onde as festas, como dissemos, possibilitaram a ligação entre ativistas LGBT que já tinham certa atuação

individual. Por outro lado a UNA enquanto entidade nacional surge a partir de esforços em rede desde sua concepção que, posteriormente, encontra-se com as incipientes articulações locais que possibilitaram sua emergência institucionalizada. As conexões inter movimentos também podem ser observadas nas ações da UNA, principalmente com o movimento feminista e negro, a partir da percepção do entrelaçamento de marcadores sociais na produção de violências, hierarquização social e negação de direitos.

Fotografia 1 - Reunião de fundação da União Nacional LGBT de Chapecó, em 2015. Fonte: UNA LGBT Chapecó / Acervo da entidade



A UNA afirma-se como a primeira entidade organizada a compreender parte do movimento social LGBT da região Oeste de Santa Catarina. O período de organização inicial contou com encontros quinzenais para pensar o movimento. Em um desses encontros, mobilizados pelo massacre ocorrido no dia 12 de junho de 2016 na boate LGBT norte-americana Pulse,²⁰ que resultou em 50 mortos, a entidade decidiu pela realização de uma vigília na praça central da cidade. A ideia foi mostrar a indignação que o massacre causou no grupo e demonstrar solidariedade com as famílias das vítimas.

Suas primeiras ações organizadas vão ao encontro do conceito de movimento tratado por Agamben ao sugerir que “A politicidade do movimento poderá basear-se unicamente na sua capacidade de identificar no interior do povo um inimigo” (ASSMANN, 2006, p. 6). No caso da UNA

20 Ver reportagem intitulada “Ataque em boate gay deixa 50 mortos em Orlando, nos EUA”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/policia-diz-que-ataque-em-boate-nos-eua-deixou-50-mortos.html>. Acesso em: 31/01/2019.

essa espécie de inimigo parece ser identificada quanto a entidade produz um tipo de ação de contra-ataque, por meio de uma mobilização pública, após ver parte de sua comunidade agredida na boate norte-americana.

A participação ativa do grupo na organização da vigília e a ampla recepção da comunidade LGBT produziu na UNA a percepção de sua potência mobilizadora, o que resultou na avaliação de existirem suportes suficientes para transformar aquela experiência de vigília na 1ª Parada de Luta LGBT do Oeste de Santa Catarina, no dia 24 de julho do mesmo ano, com o tema “Amar sem Temer”. O evento foi organizado em pouco mais de um mês, e contou com uma estrutura simples: um carro de som, faixas, cartazes levados pelas pessoas e também confeccionados em uma oficina na praça central da cidade.

Aproximadamente 900 pessoas da região e também dos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul participaram da 1ª Parada, realizada na principal praça pública da cidade e ocupando as ruas posteriormente. O ato contou com falas de militantes, que refletiram sobre a importância daquele momento para mostrar a existência da população LGBT da região que foi historicamente invisibilizada, configurando-se como a primeira mobilização da comunidade LGBT em grande proporção na cidade, visando à ocupação de um espaço público para aparição e reivindicação de direitos.

Fotografia 2 - Registro da 1ª Parada de Luta LGBT do Oeste de Santa Catarina. Fonte: UNA LGBT Chapecó / Acervo da entidade



Importante salientar que mesmo com a consolidação do primeiro ato público numericamente expressivo, as/os próprias/os ativistas que encabeçam a organização da parada revelavam receios com a realização desse

tipo de evento. Durante a mobilização, uma das ativistas que encabeçavam a organização da Parada relatou, em gravação feita para o acervo da própria entidade, a seguinte frase: “A primeira vez que a gente montou esse projeto tivemos inúmeros receios, desde o número de pessoas que participariam, o nível de segurança, como elas iriam caminhar pela rua. Enfim, a gente não tinha a menor ideia do que iria acontecer” (Liliane Araújo, 2016).²¹

Ao revelar o medo com a realização da Parada, dando ênfase a segurança dos participantes, a frase da ativista demonstra como o evento, embora resultado de um amplo processo de amadurecimento e consolidação da comunidade LGBT local, também foi permeado pela instabilidade e insegurança das/dos participantes. Embora não haja registro de qualquer incidente de violência física, a realização da manifestação manteve certa ambivalência: por um lado, permitiu que os sujeitos LGBTs se unissem em coletivo, estreando a ocupação do espaço público; por outro, evidenciou o medo coletivo como um fator constituinte das identidades LGBT que talvez tenha contribuído para a tardia realização da Parada.

Esse receio e/ou medo da realização da Parada em Chapecó em nada se distancia de outras regiões do país que experimentaram pela primeira vez o aparecimento da comunidade LGBT em um espaço público de forma organizada. Exemplo disso temos em Camargos (2018), quando analisa a realização da primeira Parada na cidade de São Paulo, em 2006, hoje considerada a maior do mundo. Em seu trabalho, o autor apresenta diversos relatos de participantes que, ao se encontrarem na avenida Paulista, revelam inseguranças com a concretização dos primeiros eventos, o que indica que tal sentimento se configura como um fenômeno recorrente no Brasil, em muito associado a ameaças de violências ou outras formas de preconceito.

Assim como vem se mostrando em outras regiões do país em que ocorre, em Chapecó, uma vez ter havido uma forte participação popular, revelando que a ocupação do espaço público era uma demanda até então silenciada no movimento LGBT, a entidade manteve como compromisso a realização da segunda edição da Parada, que ocorreu em 17 de junho de 2017. Com o tema “TransFormando a Cidade”, o evento destacou a problemática da

21 Os trechos transcritos neste trabalho, referentes a depoimentos de ativistas integrantes da UNA LGBT Chapecó, fazem parte do acervo audiovisual da entidade e são utilizados mediante a autorização das/dos respectivas/os entrevistadas/os. Desse modo, optou-se por manter os seus nomes reais, seguidos da data em que foi coletada a entrevista. Destaca-se, ainda, que as entrevistas foram coletadas pelos próprios autores do trabalho, enquanto acompanhavam e participavam dos eventos.

transfobia no ano em que Dandara²² foi brutalmente assassinada e, além disso, também debateu a importância da formação crítica para a transformação da realidade social impregnada pela violência contra a diversidade.

Neste segundo ato destacamos dois pontos: primeiro, o quantitativo de participantes, que dobrou em relação ao ano anterior. Em segundo, o apoio midiático na divulgação e cobertura do evento na cidade. Se no primeiro evento poucas foram as notícias veiculadas na imprensa local e estadual, o que indica certo estranhamento midiático, o segundo se tornou um acontecimento merecedor de se tornar notícia. Antes, durante e depois da 2ª Parada, veículos da imprensa noticiaram o ato, com ênfase ao seu caráter representativo e inovador para a região Oeste de Santa Catarina²³.

Também na segunda edição da Parada, os próprios participantes reconheceram o potencial de organização que o movimento LGBT em Chapecó tinha atingido e, mais do que isso, os reflexos dessas mobilizações na vida dos sujeitos. Isso pode ser percebido em duas falas de participantes e ativistas, também registradas em vídeo pela UNA LGBT e transcritas abaixo.

A grande maioria das minorias sociais têm uma grande dificuldade de auto-organização. Então um motivo para comemorar [a realização da Parada] é essa organização que a gente tá conseguindo manter hoje. A gente não tinha isso antes, eram pessoas isoladas que lutavam no movimento LGBT. Hoje o que a gente percebe é que Chapecó ampliou muito o movimento (Marson Luiz Klein, 2017).

Estamos abrindo a partir de agora janelinhas para as novas gerações. A Parada serve para que a gente passe para as novas gerações informações sobre os erros ou situações que não conseguimos lidar no passado, questões, por exemplo, de inclusão (Karla Muniz, 2017).

22 Ver reportagem intitulada “Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário”. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>. Acesso em 29/01/2019. E “Cinco são condenados à prisão por morte da travesti Dandara”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/cinco-sao-condenados-a-mais-de-14-anos-de-prisao-por-matar-travesti-no-ceara.shtml>. Acesso em 29/01/2019.

23 Ver reportagem intitulada “Mais de mil pessoas participam da ‘Parada de Luta LGBT’ em Chapecó”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/videos/t/todos-os-videos/v/mais-de-mil-pessoas-participam-da-parada-de-luta-lgbt-em-chapeco/5950615/>. Acesso em: 31/01/2019.

O caráter de evolução do movimento LGBT local pode ser percebido nos relatos acima, tanto quando se comemora um novo momento de organização coletiva, em oposição às militâncias “individuais” nos anos anteriores; quanto na fala que sinaliza para uma superação dos “erros” do passado, indicando que as Paradas seriam uma espécie de correção das “lacunas” deixadas pelos primeiros anos de ativismo, descritos na seção anterior.

A 3ª edição da Parada realizada em Chapecó ocorreu em 2018, confirmando a consolidação no evento no calendário de mobilizações na cidade. Realizada em 10 de junho, teve como tema “Nossas Cores pela Democracia”, enfatizando o compromisso do movimento LGBT com a construção de um país mais democrático; denunciando os efeitos do impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff; bem como se posicionando radicalmente contra o espectro político que, antes mesmo da última eleição presidencial, já destacava a pretensão de retroceder em direitos da população LGBT, justamente o governo que veio a ser eleito, da coligação de Jair Bolsonaro (PSL).

Refletindo sobre os temas das três paradas analisadas até este momento na cidade, percebemos o contínuo tom político e crítico que perpassa o movimento já consolidado. O primeiro tema “Amar sem Temer” (2016) se apropria de um grito de resistência contra o impeachment sofrido por Dilma Rousseff naquele mesmo ano. O segundo “TransFormando a Cidade” (2017) assume o compromisso de mudança, especificamente se referindo a estigmatização dos sujeitos travestis e transexuais, marginalizados dentro e fora do movimento LGBT. Por fim, o terceiro tema, “Nossas Cores pela Democracia” (2018), situa-se em um contexto de pós-golpe democrático e evidencia o reconhecimento desses sujeitos como sujeitos de direitos.

Se, como destacam Machado e Prado (2007), as paradas têm suas origens nas marchas políticas que começaram a se organizar nos EUA em celebração às Stonewall Riots²⁴, que aconteceram em 28 de junho de 1969, revelando então o tom crítico e de protesto, situação similar pode ser

24 Citam Machado e Prado (2007, p. 9) que “As paradas [no Brasil e no mundo] são realizadas o mais próximo possível do dia 28 de junho, em comemoração ao nascimento do movimento gay americano, data essa que marca o primeiro levante contra a repressão policial contra homossexuais. Isto se deu em 1969 no bar Stonewall, localizado no bairro Greenwich Village em Nova York”.

reconhecida nas três mobilizações que ocorreram em Chapecó, em que o princípio crítico de protesto se mantém, unindo-se a pluralidade de sujeitos que pertencem ao movimento LGBT.

Há de se ressaltar, contudo, que em contraposição as Paradas realizadas em outras partes mundo, tanto em Chapecó quanto no restante do país, elas evidenciam um tom “carnavalesco”. Tal expressão é utilizada por Camargos (2018) para marcar uma distinção entre as Paradas brasileiras e internacionais, uma vez que no Brasil não há uma separação entre quem participa dos eventos e quem assiste, assim como há em outros países, onde as Paradas se assemelham mais a um desfile, com participantes previamente inscritas/os. “No Brasil [e acrescentamos, em Chapecó], o signo da Parada gay²⁵ adquire outra conotação, ou seja, podemos afirmar que ele subverte, sai da esfera social da ideologia dominante e carnavaliza em pleno dia, provoca o riso” (CAMARGOS, 2018, p. 428).

A ressalva para a diferenciação das Paradas brasileiras em relação às internacionais, bem como a de Chapecó, não ocorre fortuitamente. Destacamos que ao ser realizada em um espaço aberto da cidade, qualquer pessoa pode participar. Tal característica tanto permite uma integração da comunidade LGBT com outros sujeitos e grupos distintos, quanto abre possibilidade para que signos verbais e não verbais, característicos da comunidade LGBT, sejam incorporados ao ambiente social em que ela acontece - nas ruas, especificamente.

Nesse sentido, por compreendermos que “a prática política numa sociedade democrática não consiste na defesa dos direitos de identidades pré-constituídas, mas antes na constituição dessas identidades mesmas, num terreno precário e sempre vulnerável” (MOUFFE, 2003 p. 14), acreditamos que a partir da realização das três Paradas de luta em Chapecó anteriormente descritas, juntamente com outras formas de participação social e política do grupo LGBT organizado, abrem possibilidade de enfrentamento de práticas excludentes que resistem e oprimem o cotidiano de muitos/as.

A resistência ou a re-existência conforme descrita por Zanella et al (2012), constitui-se pela inventividade e proposição, que não sucumbe à

25 Embora o autor se refira aos eventos como “Paradas gays”, cabe pontuar que essa nomenclatura está em desuso. Os eventos no país tendem a se chamar Paradas do Orgulho/Luta LGBT, mantendo concordância com a última alteração da nomenclatura do movimento nacional.

moral hegemônica. Neste percurso se constituem ações criativas, dirigidas a emancipação, em conflito com o silêncio e a invisibilidade a qual estão relegadas as pessoas LGBT. Compreendemos, ainda, que tais ações se alinham ao que destaca Giorgio Agamben sobre o conceito de movimento (ASSMANN, 2006), uma vez que propiciam à população LGBT o sentimento de pertença ao local em que está incluída, tornando-as/os sujeitos constitutivos, capazes de se organizarem em coletivo e cobrarem o cumprimento de direitos.

Capitalismo, movimentos LGBT e a construção da cidadania: provocações finais

Como já destacado na seção anterior, a União Nacional LGBT de Chapecó, criada em fevereiro de 2016, após um amplo processo de amadurecimento, consolida o movimento das minorias sexuais e de gênero nesta região, bem como propicia a ocupação de espaços públicos por meio das Paradas anuais. A entidade, que se apresenta como instrumento de luta pela emancipação política e humana (UNA, 2015), nasce com o desejo de transformação social. Diante disso, torna-se inevitável também nos atentarmos aos elementos mais complexos da luta por uma democracia pluralista, refletindo sobre os fatos já consolidados e prevendo desafios a serem enfrentados.

Ao discutir sobre a relação entre regulação, emancipação, cidadania e subjetividade, Santos (1997) reflete como, a partir dos anos 70, tem se vivido um período de grande experimentação social, voltado a formulação de alternativas mais ou menos radicais ao modelo de desenvolvimento econômico e social do capitalismo, e de afirmação política de novos sujeitos sociais. Esse período ganha forma a partir do nascimento dos Novos Movimentos Sociais (NMSs) que, diferentemente do movimento operário tradicional, identificam outras formas de opressão que extrapolam as tradicionais lutas contra o sistema de produção capitalista.

As reflexões que Fraser (2001) constrói a respeito das atuais “lutas por reconhecimento” endossam essa discussão. Pontua a autora que desde o final do século 20, no que chama era “pós-socialista” (em virtude do colapso

do comunismo soviético), os interesses identitários de grupos específicos, mobilizados sob bandeiras de raça, gênero, sexualidade, entre outros, têm disputado espaço com o interesse de classe, centrado principalmente em lutas contra a exploração da força de trabalho. Daí resultam dois tipos de lutas: um que autora chama de lutas por redistribuição, que buscam com frequência abolir os arranjos econômicos; e outra pelo reconhecimento, que assumem com frequência a forma de chamar a atenção para especificidade de algum grupo. Logo, as tradicionais lutas contra as injustiças socioeconômicas e em favor de uma redistribuição de renda, agora dividem espaço com as lutas contra as injustiças sociais e culturais, onde situamos as opressões sofridas pelas minorias sexuais.

É importante reconhecer, ainda, que como pano de fundo para esse eclipse de reivindicações, também se incluem as crises, esgotamentos e transformações do próprio modelo capitalista de sociedade. Se ao longo do período de expansão pós-guerra o modelo econômico fordista dominou, entre os anos 40 e 70 a sua própria rigidez causou seu esgotamento, dando possibilidade a passagem para o regime de acumulação flexível. Essa transição flexibiliza o mercado de trabalho e enfraquece a força sindical. Em contrapartida, também exerce uma influência positiva em decorrência da sua percepção de diferenças de subjetividade, gênero, sexualidade, raça, classe, tempo e espaço (HARVEY, 1994).

A crise do fordismo, portanto, possui uma dimensão político-cultural, que redefine as alternativas emancipatórias. Como destaca Santos (1997, p. 214), “a crise é, em parte, a revolta da subjectividade contra a cidadania, da subjectividade pessoal e solidária contra a cidadania atomizante e estatizante”. Nesse contexto, do ponto de vista de uma certa emancipação, parece possível que novas formas de cidadania sejam projetadas a partir da consolidação de novos movimentos sociais, incluindo entre eles os que tratam do exercício da sexualidade.

Tais percepções citadas se tornam ainda mais evidentes se levarmos em conta que no histórico dos movimentos reivindicatórios brasileiros pós-ditadura (1964-1985), uma grande queixa aos grupos e partidos da esquerda tradicional, era em virtude de suas recusas em assimilar novas posturas, principalmente da juventude, ligadas à reivindicação da liberdade sexual (MACRAE, 2018). A partir deste momento, as pautas de luta extrapolam os limites da política e da economia clássica, e levantam questões até então desprezadas e vistas como restritas às vivências individuais das/os militantes políticos. No próprio movimento LGBT brasileiro, como

destaca MacRae (2018), os primeiros tensionamentos foram marcados quando ativistas de grupos homossexuais, como o Somos, apontavam insuficiências nas teorias marxistas para explicar as questões sexuais.

Neste novo cenário de NMSs algumas críticas têm sido feitas, indicando, por exemplo, que não se trata mais de uma luta política e sim pessoal, social e cultural, o que incidiria muito mais na subjetividade dos sujeitos do que na construção da cidadania. Argumenta-se, além disso, que a emancipação pelo que se luta se detém em um cotidiano imediato e não em um futuro longínquo (SANTOS, 1997). Recusando um viés maniqueísta, que classifica o recente cenário de reivindicações como bom ou ruim, Fraser (2001) defende a necessidade de uma justiça que tanto se dedique a redistribuição de renda quanto ao reconhecimento dos grupos identitários. Amplia ainda mais o debate quando ressalta que certas coletividades são bivalentes, pois necessitam tanto corrigir as injustiças econômicas quanto culturais.

No caso do movimento LGBT, a ambivalência parece ser uma característica intrínseca, pois embora reúna um grupo de sujeitos a partir do denominador comum da orientação sexual e/ou identidade de gênero diferente do modelo cisgênero-heterossexual tradicional, não deixa de comportar opressões de classe, raça e gênero, adicionadas devido às desigualdades geradas pelo sistema político-econômico. Esse fato, portanto, amplia os desafios deste modelo de movimento, dada a necessidade de encontrar alternativas para minimizar as interferências mútuas que surgem tanto das desigualdades culturais e sociais quanto as de renda.

A partir desses apontamentos, avançamos concordando com Santos (1997, p. 226) quando afirma que “a novidade dos NMSs não reside na recusa das políticas [tradicionais] mas, ao contrário, no alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil”. E também concordamos com Fraser (2001) quando reconhece nos movimentos que pautam questões relativas à sexualidade as necessidades tanto de ações afirmativas para conter, por exemplo, a LGBTfobia, quanto relativas a transformação da sociedade, no sentido de desconstruir a dicotomia homo-hétero/cis-trans, tornando o campo sexual de diferenças múltiplas sempre em movimento. Torna-se importante reconhecer, portanto, que a consolidação de um movimento LGBT articulado e organizado pode possibilitar a politização de questões econômicas, sociais e culturais, desde que atento às questões acima discutidas.

Embora o Estado ainda permaneça como um autor privilegiado na

construção da cidadania, os movimentos sociais também têm desempenhado um papel fundamental, compatibilizando o desenvolvimento pessoal com o coletivo. Exemplo disso encontramos desde a virada do século 21, quando o Estado brasileiro começa a desenvolver uma série de conferências municipais, estaduais e nacionais, com a finalidade de consultar necessidades específicas da população, as quais servem como base para a elaboração de políticas públicas²⁶. Esses processos que, inclusive, aparecem na própria trajetória do movimento LGBT de Chapecó passam a exigir dos movimentos sociais maiores definições enquanto segmentos específicos a serem beneficiados, assim como a legitimidade do sujeito político que demanda determinadas reivindicações.

Assim como destaca Facchini (2009, p. 71), as relações entre Estado e movimento social “[...] se tornam muito mais complexas e permeáveis a partir do momento em que a sociedade civil é tomada como ‘parceira’ na tarefa de propor, implementar e avaliar políticas públicas”. Dito de outro modo, essas relações encontram dificuldade em definir o que é função do Estado e as respostas coletivas que se exige do movimento social. Ainda, exigem dos movimentos certas adaptações para estarem aptos a receber os benefícios das políticas públicas. Se, por exemplo, precisa-se de um recurso para trabalho com grupo de travestis relativo à sua saúde sexual, parte da comunidade LGBT então necessita se institucionalizar, definir organizações administrativas e todas as condições exigidas para acessar tal recurso. Ao se institucionalizar, é preciso reconhecer, o movimento perde muito de sua liberdade de organização, assim como a discussão que estabelece sobre quem representa quem para fazer as reivindicações frente ao Estado.

Contudo, uma vez que as conquistas da cidadania civil, política e social não são irreversíveis e estão longe de ser plenas (SANTOS, 1997), compreendemos que se torna mais do que necessária a permanência de um ativismo organizado em prol das minorias sexuais, ainda que essa representação indique certas normatividades para a própria parcela a quem se pretende representar. Uma vez que consideremos as massas populares como chaves do nosso tempo (SEMERARO, 2006), os movimentos sociais devem ser vistos como elementos de emancipação e construção da

26 Destacamos, por exemplo, a Conferência Nacional GLBT, realizada em 2008, que teve como tema “Direitos Humanos e políticas públicas”.

cidadania coletiva.

É fato que não podemos fechar os olhos para as limitações que o Estado e o sistema capitalista impõem aos movimentos sociais. As próprias Paradas de luta LGBT, mesmo que sinônimos de emancipação, são passíveis de direcionamentos mercadológicos. No histórico que constroem sobre esses eventos no país, Machado e Prado (2007, p. 10) destacam que elas possuem “[...] uma intrincada e paradoxal relação com o sistema capitalista de produção bem como com o processo de globalização neoliberal que estamos vivendo”. Esse fato pode ser percebido nas duas maiores Paradas LGBT do país, em São Paulo e Rio de Janeiro, além outras grandes cidades brasileiras, que têm como característica a presença do capital privado, através do patrocínio de grandes empresas.

Entretanto, se instrumentos de manipulação têm se sofisticado e multiplicado, “[...] a criatividade popular renasce obstinadamente, manifestando cada vez mais a sua vontade de escrever a história com as próprias mãos” (SEMERARO 2006, p. 90). No caso de Chapecó, embora mantenha uma finalidade similar as grandes Paradas do país, constata-se um diferencial: o posicionamento crítico contra o neoliberalismo e suas consequências em relação à exclusão social é marcado quando a UNA LGBT, entidade que a promove, recusa o patrocínio privado e opta por realizá-la com dinheiro próprio e/ou fruto de doações. Nas três edições já descritas, o evento foi custeado a partir de ações prévias, tais como festas organizadas pelo e para o público LGBT. Nesse sentido, apesar de não negar a necessidade do capital para a concretização de eventos públicos de grande magnitude, esse foi resultado do consumo do próprio público LGBT que, anteriormente, engajou-se na geração de recursos financeiros. Pode-se dizer, portanto, que o consumo da população LGBT, convencionalmente chamado de *pink money*²⁷, foi ressignificado, uma vez que voltou-se para as próprias ações coletivas da comunidade. Nesse contexto, concordamos com Machado e Prado (2007, p. 13), quando afirmam que:

[...] não podemos conceber a realização da Parada como uma

27 *Pink money*, em tradução literal, significa dinheiro cor de rosa, e refere-se ao poder de consumo de pessoas LGBT. Empresas criam produtos e serviço dirigidos a este público. O uso da identidade LGBT como categoria política bem como suas pautas são com frequência apropriados pelo capitalismo.

finalidade última, mas, sobretudo, como um meio através do qual serão ativadas outras conexões políticas e sociais. A visibilidade proporcionada pela Parada pode contribuir sobremaneira para a criação e ressignificação das diversas identidades coletivas que se abrigam sob seu impacto social. Assim, são processadas formas de pertença que fortalecem os vínculos e promovem novas ações coletivas e individuais de exposição pública ou não.

Diante disso, consideramos que a conquista do espaço público com vistas à visibilidade de uma comunidade, como fez o movimento LGBT de Chapecó nos últimos anos de diferentes maneiras, constitui-se num significativo avanço de um processo democrático. Ainda, refere-se ao coletivo que, neste caso, trata-se da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, outras identidades de gênero não-cisgêneras e orientações sexuais outras que não-heteroguiadas, que no Brasil vivenciam um contexto de violência.²⁸

Embora reconheçamos os inúmeros desafios que ainda se colocam aos movimentos LGBT no país, em especial ao formalizado na cidade de Chapecó, reconhecemos que a partir da ocupação dos espaços públicos enquanto coletivo, as minorias sexuais desta região vem conquistando o reconhecimento de pertencimento a uma sociedade, a uma comunidade, de acesso a cidade. Em outros termos, a partir das ações do movimento organizado, tais como vigílias, Paradas e etc, atinge o status de grupo político constitutivo, nos termos de Agamben (ASSMANN, 2006). Mais do que isso, consideramos importante destacar que a primeira entidade formalizada na cidade, em sua Carta de Princípios, coloca-se como instrumento de luta pela emancipação política e humana ao defender ideias no campo da consciência de classe e de garantia de direitos de lésbicas,

28 Exemplificamos com dados do Grupo Gay da Bahia, que constatou que: 107 LGBT foram mortos em 2014 com armas de fogo, sendo 105 com facas, estiletes, tesouras, etc; 49 por espancamento, paulada e apedrejamento; 24 por enforcamento e asfixia, constando ainda envenenamento, carbonizado, atropelamento intencional. A violência extremada destas execuções, confirma o que a Vitimologia chama de crimes de ódio com requintes de crueldade, incluindo em muitos casos, tortura prévia, uso de diversos instrumentos, elevado número de golpes ou tiros. O padrão predominante dessas mortes é o gay ser assassinado dentro de sua residência, com armas brancas e/ou objetos domésticos, enquanto as travestis e transexuais são mortas na pista, a tiros (GGB, 2014). Esses dados, contudo, são questionáveis e podem ser ainda maiores, dado o contexto precário em que são obtidos até o momento, como discutimos na nota de número 12.

gays, bissexuais, travestis e transexuais de todo território brasileiro (UNA, 2015). Nesse sentido, nasce com ambição de corrigir as injustiças culturais e valorativas, mas também econômicas, tal como sugere Fraser (2011).

Por fim, a narrativa crítica e os apontamentos que construímos ao longo deste trabalho, leva-nos a reconhecer como a cidadania da população LGBT de Chapecó passa a ser construída a partir do desejo e da participação efetiva nas decisões econômicas, políticas e sociais da região em que está inserida. Ao compreendermos a sociedade civil como um lugar de grande importância política, onde também as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções, a lutar por seu projeto de reconhecimento (SEMERARO, 2006), concluímos que, embora com limitações que o próprio cenário político-econômico impõe, tal movimento vem conseguindo produzir rupturas na ordem do cotidiano, tensionando narrativas hegemônicas e de poder.

Referências

ASSMANN, Selvino José. (Tradução). Movimento - Giorgio Agamben. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 1-8, abr. 2006. ISSN 1807-1384.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília – DF, 1988.

BRASIL. *Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990*. Brasília – DF, 1990.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano de 2013*. Brasília: 2016.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; SALINI, Ademir Miguel (Orgs). *Chapecó 100 anos histórias plurais*. Chapecó: Grifos, 2017.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James N. et al (orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 421-434.

FACCHINI, Regina. “Sopa de Letrinhas”? – Movimento homossexual e

produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia do IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o campo e para a arena do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas : Revista de Estudos Gays*, v. 1, p. 131-158, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. (Org.) *Democracia hoje*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GGB – Grupo Gay da Bahia. *Assassinatos de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2014*. 2014. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relate3b3rio-2014s.pdf>> Acesso em: 12-11-2018.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.

MACHADO, Frederico Viana e PRADO, Marco Aurélio Máximo. Sexualidade e Cidadania. Sociedade Civil e Poder Público na Organização da Parada GLBT na Cidade de Belo Horizonte (Brasil). *Revista Lês Cahiers de Psychologie politique*: Caen, França, 2007. v. 10. Fev. Disponível em: <http://www.cahierspsypol.fr/RevueNo10/Sommaire/sommaire10.htm>.

MACRAE, Edward. *O militante homossexual no Brasil da “abertura”*. 1985. (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N. et al (orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-62.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In:

Revista Política e Sociedade, N. 03, outubro, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015/1763>>. Acesso em: 29/07/2017

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O que é aids*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá . O que é LGBTfobia?. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENER, Paula Rocha Gouvêa. (Org.). *Gênero, Sexualidade e Direito: uma introdução*. Belo Horizonte: Initia Via, 2016, p. 183-192.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. Capítulo IV: A formação da subjetividade, p. 89-110.

SILVA, Cristina Luci C. 1999. *Ativismo, Ajuda-mútua e Assistência – A Atuação das Organizações Não-Governamentais na luta contra a Aids*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Lucas Guerra da. *Empoderamento de lideranças e ativistas LGBT para controle social no SUS*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. 147p. Chapecó: 2017.

SILVA, Lucas Guerra da. O movimento LGBT em Chapecó. In: BADALOTTI, Rosana Maria; TONEZER, Cristiane; COMERLATTO, Dunia (Orgs.). *Movimentos sociais, desenvolvimento regional e desafios contemporâneos*. Chapecó: Argos, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: Intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, James N. et al (orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 227-236.

UNA, União Nacional LGBT. Carta de princípios. Post do Facebook. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/unalgbt/posts/carta-de-princ%C3%ADpios-una-lgbta-sociedade-civil-organizada-composta-por-mulheres-e/105697777646994/>. Acesso em: 31/01/2019.

VARGAS, Myriam Aldana; CAVAGNOLI, Murilo. ; CATTANI, Daian. . Relações de gênero ou ideologia de gênero? (Im)possibilidades democráticas no debate (a)político sobre o plano municipal de educação de Chapecó (SC). *Revista Fórum Identidades*, v. 22, p. 234, 2017.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Programa multidisciplinar de pós-graduação em cultura & sociedade). Universidade Federal da Bahia. 244 p. Salvador: 2015.

ZANELLA, Andréa Vieira. et al. Sobre reXistências. *Revista psicologia política* [online]. vol.12, n.24, p. 247-262, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200005. Acesso em 15/01/2019.

ENVIADO EM: 01/06/2019
APROVADO EM: 01/10/2020